

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 21 de maio do corrente ano os deputados subscritores deram entrada da Pergunta nº 2209/XII/3ª, na qual se podia ler:

“Como é por demais consabido, a intervenção estrutural na Estrada Nacional 14 é um dos maiores anseios dos famalicenses e uma das maiores necessidades da região onde este município se insere.

Consciente desta realidade, o anterior governo face à grave crise que o país atravessava e sem financiamento externo ajustado, encontrou uma solução infraestrutural diferente da inicial, concertada com os autarcas e menos custosa para o erário público.

Fruto da solução técnica e financeira que lhe estava associada, a obra foi faseada na sua execução:

- **1ª Fase** - Variante à EN14, entre o Nó do Jumbo e o Interface Rodoferroviário da Trofa, com extensão de 13 km e incluindo a reformulação do Nó do Jumbo.
- **2ª Fase** - Variante à EN 14, entre o Interface Rodoferroviário da Trofa e Santana, com extensão de 3 Km e incluindo nova ponte sobre o rio Ave.
- **3ª Fase**- Beneficiação da EN14 entre Santa e Vitória, com extensão de 2,5 Km.
- **4ª Fase**- Duplicação EN14 entre Vitória e a rotunda da Variante com a extensão de 1,5 Km.

Apesar do anterior governo ter assinado, em junho de 2015, o contrato para o desenvolvimento do Projeto de Execução da variante à EN 14, entre o Interface Rodoferroviário da Trofa e Santana incluindo a nova ponte sobre o rio Ave e de ter procedido à publicação em Diário da República (28 de setembro de 2015) do Despacho do lançamento do concurso do primeiro troço da Variante entre o nó do Jumbo e a Trofa, a verdade é que obra foi congelada pelo novo governo.

Durante a Discussão na Especialidade do Orçamento do Estado de 2017 (07 de novembro de

2016), o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, voltando atrás na palavra dada disse que o Governo não adjudicaria **“empreitadas parciais”**.

“Nós faremos essas obras quando tivermos as condições de as fazer de um modo integrado”. **“Nós não adjudicamos empreitadas que acabam... no meio da cidade da trofa... Nós vamos realizar as obras quando conseguirmos a ... DIA e o projeto para o atravessamento do rio Ave”**, acrescentou o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

A execução faseada que antes o novo Governo nunca pusera em causa, foi a seguir à falta de cabimentação e à falta de financiamento, anteriormente invocadas, a nova linha argumentativa para “suspender” o avanço desta obra.

Os ziguezagues não cessaram, porém.

Em fevereiro de 2017, o Governo apresentou o **“Programa de Valorização das Áreas Empresariais”**, onde consta **“a melhoria das acessibilidades às áreas de localização empresarial de Famalicão Sul/Ribeirão e Lousado”**.

O Governo à época nunca esclareceu cabalmente o alcance daquelas intervenções, mas pela descrição sumária, logo se percebera que correspondiam à 3ª e 4ª fase do projeto faseado elaborado pelo anterior Governo.

Significava isto que a obra que não podia ser executada faseadamente afinal já o podia ser e o que supostamente deveria começar a sul, começaria agora a norte.

Nesse sentido, em setembro de 2017, é fechado com o Município de Vila Nova de Famalicão um aditamento ao “Acordo de Gestão” celebrado com a “Infraestruturas de Portugal, S.A” para a duplicação da Estrada Nacional 14, entre a rotunda sul da Variante Nascente à cidade e o lugar de Vitória, em Calendário, bem como a beneficiação do atual troço entre esta última e Santana, em Ribeirão, e execução da sua ligação à Área de Localização Empresarial de Famalicão Sul.

O contrato da empreitada para a 1ª fase, foi assinado em finais do ano, e a empresa responsável pela empreitada, a ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA, - começou a semana passada a instalar os respetivos estaleiros da obra e a colocar as máquinas no terreno para dar início aos trabalhos.

Este é um passo importante, mas apenas um primeiro passo que resolve o problema do trânsito a partir de Ribeirão com destino a Vila Nova de Famalicão, ou seja para norte, mas não em direção a sul, muito concretamente aos municípios da Trofa e da Maia.

Para isso é preciso que avancem as outras fases da intervenção estrutural projetada para a EN 14, precisamente as fases que o governo continua a adiar, desde logo, a nova travessia sobre o rio Ave, ou seja a denominada “Variante à EN 14, entre o Interface Rodoferroviário da Trofa e Santana, com a extensão de 3 km”, que inclui a nova ponte sobre o rio Ave.

Recorde-se que, a 9 de abril de 2015, foi publicado em Diário da República, o procedimento

para a elaboração do Projeto de Execução "Interface Rodoferroviário / EN14 (Santana), incluindo nova Ponte sobre o Rio Ave".

Recorde-se que, desde agosto de 2015 que está concluído o RECAPE - Relatório de Conformidade do Projeto de Execução da Variante à EN14 – Maia (nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da Trofa

Recorde-se que o governo desistiu do concurso público lançado pelo seu antecessor a 28 de setembro de 2015, para a construção do primeiro troço da Variante entre o nó do Jumbo na Maia e a Trofa.

Recorde-se que no dia 19 de maio de 2017, o Primeiro-Ministro anunciou que o Governo iria construir a variante à EN14, num primeiro troço, servindo o Concelho da Maia até à Via Diagonal e ao Nó da Carriça.

É um facto que dia 7 de julho de 2017 foi efetivamente publicado o anúncio do procedimento concursal, mas era importante dizer que este troço corresponde a uma pequena parte, saliente-se uma pequena parte, da primeira fase da obra.

Recorde-se, por fim, que o Governo, na pessoa do próprio primeiro-ministro foi em junho de 2017 questionado sobre a data em que teria sido supostamente submetido à Agência Portuguesa do Ambiente o Estudo de Impacto Ambiental para aprovação, condição que o Executivo considerou essencial para o lançamento do troço Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, que inclui a nova ponte sobre o Rio Ave, pergunta que o governo nunca ofereceu resposta.

O Governo nesta matéria tem tido um comportamento sinuoso e opaco. Os factos falam por si. Todos os argumentos servem para adiar a concretização desta importante obra rodoviária. O Governo cria a ilusão de que está a fazer muito, mas está a fazer muito pouco. Está deliberadamente a arrastar no tempo este importante investimento.

Ao fim de 906 dias de mandato, dois anos e meio depois de ter tomado posse e, sabendo-se como adiantados estavam os trabalhos preparatórios, não se compreende que a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental atinente à nova travessia sobre o rio Ave ainda não tenha sido obtida".

Apesar de terem decorrido praticamente três meses desde a data da sua apresentação,

Apesar do governo ter o dever legal de oferecer resposta no prazo máximo de 30 dias

A verdade é que nunca o fez.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo identificados, solicitam novamente ao Governo que, através do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, seja dada resposta às seguintes perguntas.

1. Em que data submeteu o Governo à Agência Portuguesa do Ambiente o Estudo de Impacto Ambiental para aprovação, condição que o Executivo considerou essencial para o lançamento do troço Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, que inclui a nova ponte sobre o Rio Ave?
2. Quais são objetivamente as razões que justificam a demora na obtenção daquela aprovação?
3. Qual a expectativa temporal para a obtenção da referida aprovação?

Palácio de São Bento, 14 de agosto de 2018

Deputado(a)s

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

RUI SILVA(PSD)